

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO - RS

EDITAL Nº 02/2015 – SMAD – CONCURSO PÚBLICO

VESPERTINO 28/06/2015
NÍVEL SUPERIOR

PROVA OBJETIVA (OPÇÃO 2)
CARGO: GESTOR FINANCEIRO

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica azul (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. Sua prova tem **40** questões, com **5** alternativas.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início, sem levar o caderno de provas.
10. O candidato poderá levar o caderno de provas, assim como anotação contendo transcrição do seu cartão-resposta, somente **1h30min** (uma hora e trinta) após o início da realização das provas.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, e só poderão sair juntos após o fechamento do envelope, contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, e assinarem no lacre do referido envelope, atestando em ata que este foi devidamente lacrado.
13. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligado e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
14. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às próximas seis questões.

AO SOL O QUE LHE CABE

Caros U. e S. :

A reportagem que vocês publicaram começou assim: "São 7h da manhã. O calor do sol faz subir uma névoa na superfície do Lago Paranoá".

Quando li, me perguntei: o que, além do calor do sol, poderia ter esquentado as águas do lago e provocado a névoa? Um gigantesco aquecedor? Não, ainda não foi inventado um capaz de aquecer o lago que banha um pedaço de Brasília. De resto, um aquecedor assim se alimentaria de energia solar. Nem pensar em energia elétrica.

Imaginei também, mas logo descartei como absurdo, que a névoa poderia ter resultado da erupção de algum vulcão adormecido no fundo do lago. Não há notícia de que exista um. Se existisse e tivesse acordado, saberíamos.

Ainda me passou pela cabeça a hipótese de a névoa ter derivado de calor humano. Mas seria impossível que todos os habitantes do Distrito Federal e das redondezas, de mãos dadas, pudessem abraçar o lago durante algumas horas antes do amanhecer e aquecê-lo a ponto de produzir névoa. Concluí que só o calor do sol poderia, de fato, ser responsável pela névoa. Tal como vocês escreveram.

Então era dispensável que atribuíssem ao sol o que somente a ele caberia produzir. Bastava terem escrito: "São 7h da manhã. O calor faz subir uma névoa na superfície do Lago Paranoá". Imputar a névoa ao calor do sol foi redundante.

Fujam das redundâncias. Elas são supérfluas. Têm de ser cortadas.

Fonte: <http://www.espocc.org.br/wp-content/uploads/2011/07/Ricardo-Noblat-A-Arte-de-fazer-um-jornal-di%C3%A1rio.pdf>. Acesso em 28/05/2015.

01. O autor tentou encontrar outras explicações para o calor que deu origem à névoa do Lago Paranoá

I – porque pressupôs, da construção gramatical, ser indiscutível a existência delas.

II – porque considerou um absurdo jornalistas não atentarem para a redundância no texto que escreveram.

III – porque a redundância deveria ser um erro primário para jornalistas, assim, ela não poderia ter ocorrido.

IV – porque queria ironizar o erro em que incorreu os jornalistas ao terem escrito a matéria.

V – porque julgou a redundância na frase como uma brincadeira dos jornalistas.

Estão corretas:

- a) I, II, III e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II, III, IV e V, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III e IV, apenas.

02. Releia as três últimas frases do texto. Elas não perderiam o sentido original, mas deixariam de ser orações absolutas e passariam a constituir um período composto por coordenação se as pontuássemos e as ligássemos, respectivamente, com

- a) uma conjunção explicativa e uma conclusiva.
- b) uma conjunção explicativa e uma adversativa.
- c) uma conjunção adversativa e uma aditiva.
- d) uma conjunção alternativa e uma conclusiva.
- e) uma conjunção conclusiva e uma aditiva.

03. Em “O calor do sol faz subir uma névoa na superfície do Lago Paranoá.”, ocorre redundância como bem salientou o autor do texto. Sobre esse tipo de inadequação às normas gramaticais, observe as seguintes frases:

1- O equipamento não funciona, mas o técnico mantém o mesmo discurso: sanei o problema.

2- Vou repetir de novo o que acabei de lhe dizer, para que você entenda a minha decisão.

3- Os ambientalistas alertaram sobre o aquecimento global há anos atrás.

4- Para seu próprio bem, esqueça esse assunto.

5- Aceitarei o chocolate se você repartir a barra em metades iguais.

Há redundância

- a) em 1, 2, 3, 4 e 5.

- b) em 2 e 4 apenas.
- c) em 2, 3 e 5, apenas.
- d) em 1, 2, 3 e 5, apenas.
- e) em 1, 2 e 4, apenas.

04. No período “Imputar a névoa ao calor do sol foi redundante.”,

- a) o sujeito do verbo ser é “a névoa ao calor do sol”.
- b) o sujeito do verbo ser é inexistente.
- c) o sujeito do verbo ser é “imputar a névoa ao calor do sol”.
- d) o sujeito do verbo ser é indeterminado.
- e) o verbo ser não possui sujeito.

05. Um complemento nominal pode ser identificado em qual alternativa?

- a) responsável pela neve
- b) superfície do Lago Paranoá
- c) atribuísem ao sol
- d) energia solar
- e) pedaço de Brasília

06. Quanto à classificação e conjugação dos verbos destacados, assinale a alternativa correta.

- a) “Tal como vocês escreveram...” – verbo regular, futuro do presente do indicativo.
- b) “Imaginei também...” – verbo irregular, pretérito perfeito do indicativo.
- c) “... somente a ele caberia produzir...” – verbo irregular, futuro do pretérito do indicativo.
- d) “Ainda me passou pela cabeça...” – verbo irregular, pretérito perfeito do indicativo.
- e) “... poderia ter esquentado as águas do lago...” – verbo regular, futuro do pretérito do indicativo.

Leia a letra da canção de Arnaldo Antunes e responda à próxima questão.

Gera, degenera

Gera
Degenera
Já era
Regenera
Gera

Fonte: http://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_sel.php?id=161. Acesso em 25/05/2015

07. O texto “Gera, degenera” lembra o ciclo da vida e, para construí-lo, o autor baseou-se em que figura de linguagem?

- a) Paronomásia
- b) Catacrese
- c) Eufemismo
- d) Pleonasma
- e) Antonomásia

08. Qual das alternativas possui dois vocábulos em que a acentuação deveria ser obrigatória?

- a) pratico, continua
- b) agencia, fotografo
- c) dominio, aparencia
- d) melancia, media
- e) paciencia, influencia

09. Aponte a frase em que, dentre a, à e há, o uso de um deles se desvia das normas gramaticais.

- a) Há quantos anos ele e a família moram neste bairro?
- b) A qual dos autores da literatura contemporânea ela se referia?
- c) É evidente que aquela casa é idêntica à do lado, pois elas fazem parte da vila!
- d) Há quantas quadras estamos do shopping?
- e) A poucos dias de começar o inverno, o calor ainda está intenso.

10. Em relação aos pronomes relativos, há emprego equivocado em qual das seguintes frases?

- a) Jamais esqueci daquele lugar a que ele me levou.
- b) Finalmente, encontrei os documentos que precisava.
- c) Aqueles são os palestrantes de cujas ideias discordamos
- d) Subi as escadas cujos degraus estavam escorregadios.
- e) A zumba é uma dança de que ela gosta muito.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. A afirmação “Não é verdade que, se Rodrigo está na faculdade, então Ramires está na biblioteca” é logicamente equivalente à afirmação:

- a) É verdade que “Rodrigo está na faculdade e Ramires está na biblioteca”.
- b) É verdade que “Rodrigo está na faculdade ou Ramires está na biblioteca”.
- c) Não é verdade que “Rodrigo não está na faculdade ou Ramires não está na biblioteca”.
- d) Não é verdade que “Rodrigo está na faculdade ou Ramires não está na biblioteca”.
- e) Não é verdade que “Rodrigo não está na faculdade ou Ramires está na biblioteca”.

12. Uma escola levou seus alunos a uma excursão para conhecer um museu na cidade de São Paulo. Desses alunos, 16 já haviam ido à cidade de São Paulo, mas nunca a esse museu; 6 já haviam ido a um museu, mas não à cidade de São Paulo. Ao todo, 20 alunos já haviam ido a algum museu e, do total dos alunos, 18 nunca haviam ido à cidade de São Paulo. Pode-se afirmar que foram à excursão:

- a) 60 alunos
- b) 54 alunos
- c) 50 alunos
- d) 48 alunos
- e) 36 alunos

13. Num teste sobre determinado medicamento e suas reações no organismo, foram dados dois tipos de medicamentos: A e B. Todas as pessoas que tomaram o medicamento B tomaram antes o medicamento A. Como nem todos os pré-selecionados para o teste tomaram o medicamento A, logo conclui-se que:

- a) Todas as pessoas pré-selecionadas tomaram o medicamento B e algumas não tomaram o medicamento A.
- b) Algumas pessoas pré-selecionadas tomaram o medicamento B, mas não tomaram o medicamento A.
- c) Pelo menos uma das pessoas pré-selecionadas não tomou o medicamento B.
- d) Algumas pessoas pré-selecionadas tomaram o medicamento B e nenhuma tomou o medicamento A.
- e) Todas as pessoas pré-selecionadas tomaram o medicamento B e nenhuma tomou o medicamento A.

14. Tautologia é o nome dado a toda proposição que sempre é verdadeira, independente da veracidade ou não de seus termos. Assinale a alternativa na qual temos um exemplo de tautologia:

- a) Se Aline é secretária, então Aline é secretária e Michele é publicitária.
- b) Se Aline é secretária, então Aline é secretária ou Michele é publicitária.
- c) Se Aline é secretária ou Michele é publicitária, então Michele é publicitária.
- d) Se Aline é secretária ou Michele é publicitária, então Aline é secretária e Michele é publicitária.
- e) Se Aline é secretária ou não é secretária, então Michele é publicitária.

15. Examine a sucessão: 51, 43, 35, 27, _____. O próximo termo dela será:

- a) 09
- b) 18
- c) 19
- d) 25
- e) 29

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Com relação a alguns conceitos básicos de Administração Pública Brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) Administração Pública no sentido objetivo ou material é definido como “quem administra”, já a Administração Pública no sentido subjetivo ou formal é definido como as atividades administrativas.
- b) Na descentralização administrativa, o Estado executa diretamente as tarefas administrativas(administração direta).
- c) Por meio da desconcentração administrativa, o Estado executa as tarefas administrativas por meio de outras empresas(administração indireta).
- d) Na centralização administrativa, há subdivisões internas das tarefas, através da criação de órgãos públicos.
- e) Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista são pessoas jurídicas que integram a Administração Indireta.

17. Das funções administrativas fundamentais citadas a seguir, assinale aquela que apresenta corretamente a função relacionada.

- a) Fomento - atividade para atender as necessidades públicas.
- b) Intervenção - incentivo à iniciativa privada de utilidade pública.
- c) Poder de Polícia - condiciona e limita os direitos individuais em benefício do interesse geral.
- d) Serviço Público - incentivo à iniciativa privada de utilidade pública.
- e) Centralização Administrativa - execução de tarefas administrativas por meio de outras empresas.

18. Com relação aos elementos fundamentais do Estado, observe as seguintes afirmativas:

I – O Governo é a organização necessária para o exercício do poder e leva a população ao cumprimento das normas que estabelece como condição para a convivência social.

II – Território é uma área delimitada e dominada por um governo.

III – A Soberania é o exercício do poder do Estado, internamente e externamente. O Estado, dessa forma, deverá ter ampla liberdade para controlar seus recursos, decidir os rumos políticos, econômicos e sociais internamente e não depender de nenhum outro Estado ou órgão internacional.

IV – Parlamentarismo e presidencialismo são exemplos de formas de governo.

V – Monarquia e república são exemplos de sistemas de governo.

Com base nas afirmativas supramencionadas, assinale a alternativa que as julgam corretamente.

- a) Apenas I, II e III são verdadeiras.
- b) Apenas I, III e V são verdadeiras.
- c) Apenas I, IV e V são verdadeiras.
- d) Apenas II, III e IV são verdadeiras.
- e) Apenas III, IV e V são verdadeiras.

19. Para a jurista brasileira Maria Sylvia di Pietro, serviço público é “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público”.

Com relação à classificação dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Serviços impróprios do Estado são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do poder público (Ex: segurança, polícia, higiene e saúde públicas etc.).
- b) Serviços próprios do Estado são os que não afetam substancialmente as necessidades da comunidade, mas satisfazem interesses comuns de seus membros, e, por isso, a administração os presta remuneradamente, por seus órgãos ou entidades descentralizadas (Ex: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações governamentais), ou delega sua prestação.
- c) Serviços administrativos são os que produzem renda, uma vez que são prestados mediante remuneração (tarifa). Pode ser prestado diretamente pelo poder público ou por suas entidades da administração indireta ou transferidos a terceiros, mediante concessão ou permissão. Ex: transporte, telefonia, correios e telégrafos.
- d) Serviços gerais ou “uti universi” são aqueles que a administração presta sem ter usuários determinados, para atender à coletividade no seu todo. Ex: polícia, iluminação pública, calçamento.
- e) Serviços Individuais ou “uti singuli” são os que a administração executa para atender as suas necessidades internas. Ex: Imprensa Oficial.

20. No Brasil, identifica-se que a administração pública tem sido conduzida ao longo dos anos por modelos de gestão diferenciados. Cada um dos modelos implementados possui características marcantes na gestão pública, influenciando as formas do Estado conduzir a ação pública. Sabendo isso, observe as seguintes características e assinale a alternativa que indica corretamente o modelo correspondente.

- O marco inicial para institucionalização deste modelo é o governo de Getúlio Vargas, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público(DASP) em 1936, o qual representou a primeira reforma administrativa do estado brasileiro.

- A escolha por este modelo visava romper com as práticas de corrupção, nepotismo e arbitrariedade das ações públicas.

- A institucionalização deste modelo está fundamentada nos estudos de Max Weber (1864-1920), o qual considera que as organizações podem tornar-se mais eficientes a partir da implementação de normas bem definidas.

- a) Gerencial
- b) Burocrático
- c) Patrimonialista
- d) Democrático
- e) Parlamentarista

21. Com relação ao conceito de processo orçamentário, assinale a alternativa correta.

a) O processo orçamentário compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias – Plano Plurianual(PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO) e Lei Orçamentária Anual(LOA). Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo. Entender esses ritos é o primeiro passo para a participação da sociedade no processo decisório, fortalecendo, assim, o exercício do controle social na aplicação dos recursos públicos.

b) O processo orçamentário compreende apenas as fases de elaboração das leis orçamentárias – Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e Ministério Público da União. Entender esses ritos é o primeiro passo para a participação da sociedade no processo decisório, fortalecendo, assim, o exercício do controle patrimonial na aplicação dos recursos públicos.

c) O processo orçamentário compreende apenas a fase de execução da Lei Orçamentária Anual (LOA). Tendo esta lei seus ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo. Entender esses ritos é o primeiro passo para a participação da sociedade no processo decisório, fortalecendo, assim, o exercício do controle orçamentário na aplicação dos recursos públicos.

d) O processo orçamentário compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias – Plano Plurianual(PPA) e Lei Orçamentária Anual(LOA). Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e Ministério Público da União.. Entender esses ritos é o primeiro passo para a participação da sociedade no processo decisório, fortalecendo, assim, o exercício do controle financeiro e orçamentário na aplicação dos recursos públicos.

e) O processo orçamentário compreende apenas a fase de elaboração da lei de planejamento orçamentário – Plano Plurianual(PPA). Esta lei tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e Ministério Público da União. Entender esses ritos é o primeiro passo para a participação da sociedade no processo decisório, fortalecendo, assim, o exercício do controle orçamentário, financeiro e patrimonial na aplicação dos recursos públicos.

22. Com base nos ditames constitucionais sobre orçamento público, assinale a alternativa incorreta.

a) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

b) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

c) É permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que eles estejam previstos previamente na lei que institui o plano plurianual.

d) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

e) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

23. Com relação ao conceito e campo de atuação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, observe as seguintes afirmativas:

I – Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

II – O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público.

III – As entidades abrangidas pelo campo de aplicação devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo: a) parcialmente - as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; b) integralmente - as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

IV – Entende-se por Campo de Aplicação, o espaço de atuação do Profissional de Contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis, decorrentes de variações patrimoniais em: a) entidades do setor público; e b) entidades que recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades, no tocante aos aspectos contábeis da prestação de contas.

Com base nas afirmativas supramencionadas, assinale a alternativa que as julgam corretamente.

a) Apenas III e IV são verdadeiras.

b) Apenas I, II e III são verdadeiras.

c) Apenas I e III são verdadeiras.

d) Apenas II, III e IV são verdadeiras.

e) Apenas I, II e IV são verdadeiras.

24. De acordo com o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal(Lei Complementar 101/2000), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida:

a) União: 60%; Estados: 40%; Municípios: 40%.

b) União: 60%; Estados: 50%; Municípios: 50%.

c) União: 50%; Estados: 40%; Municípios: 60%.

d) União: 50%; Estados: 60%; Municípios: 60%.

e) União: 60%; Estados: 60%; Municípios: 50%.

25. Com relação às normas sobre operações de crédito, previstas nos artigos 32 e 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal(Lei Complementar 101/2000), assinale a alternativa incorreta.

a) O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

b) As operações relativas à dívida mobiliária federal, estadual e municipal autorizadas, no texto da lei de diretrizes orçamentárias(LDO), serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

c) Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão: I - encargos e condições de contratação; II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

d) A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

e) Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

26. No que tange à conceituação e objetivos da auditoria independente, conforme Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC T 11), assinale a alternativa incorreta.

a) A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

b) Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, entende-se que o auditor considera adequadas e suficientes, para o entendimento dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.

c) O parecer do auditor independente tem por limite os próprios objetivos da auditoria das demonstrações contábeis e não representa, pois, garantia de viabilidade futura da entidade ou algum tipo de atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios.

d) O parecer é de exclusiva responsabilidade de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, nestas normas denominado auditor.

e) Na ausência de disposições específicas, prevalecem as práticas já consagradas pela Profissão Contábil, desde que formalizadas pelos seus organismos próprios

27. Com relação aos Procedimentos de Auditoria, assinale a alternativa incorreta.

a) Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.

b) Os procedimentos de auditoria abrangem testes de observância e testes substantivos.

c) Os testes de observância dividem-se em: a) testes de transações e saldos; e b) procedimentos de revisão analítica.

d) Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.

e) Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade.

28. Observe as seguintes afirmativas:

I – Os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor, preparados de forma manual, por meios eletrônicos ou por outros meios, que constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.

II – Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor, responsável por sua guarda e sigilo.

III – Erro é o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis.

IV – Fraude é o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

Com base nas afirmativas supramencionadas, assinale a alternativa que as julgam corretamente.

a) Apenas I e II são verdadeiras.

b) Apenas III e IV são verdadeiras.

c) Apenas I e III são verdadeiras.

d) Apenas a III é verdadeira.

e) I, II, III e IV são verdadeiras.

29. No que tange aos procedimentos de auditoria, na aplicação dos testes substantivos, o auditor deve objetivar as seguintes conclusões, exceto:

a) Existência – se o componente patrimonial existe em certa data.

b) Direitos e obrigações – se efetivamente existentes em certa data.

c) Abrangência – se todas as transações estão registradas.

d) Permanência – se a transação continua a ocorrer.

e) Mensuração, apresentação e divulgação – se os itens estão avaliados, divulgados, classificados e descritos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

30. Com relação ao Planejamento de Auditoria, assinale a alternativa correta.

a) O planejamento pressupõe singelo nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores externos, legislação tributária e as práticas financeiras da entidade, e o nível geral de competência de sua contabilidade.

- b) O auditor deve planejar seu trabalho consoante as Normas Profissionais de Auditor Independente e estas normas, e de acordo com os prazos e demais compromissos contratualmente assumidos com a entidade.
- c) O planejamento deve considerar todos os fatores, inclusive os irrelevantes, na execução dos trabalhos.
- d) O auditor pode documentar seu planejamento geral e preparar programas de trabalho por escrito ou verbalmente, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de valores, quantidades e previsão.
- e) O planejamento da auditoria deve incluir a designação de equipe técnica e pode prever a orientação e supervisão do auditor, que assumirá parcial responsabilidade pelos trabalhos executados.

31. Com relação à Relevância e ao Risco de Auditoria, observe as seguintes afirmativas:

I – A análise dos riscos de auditoria deve ser feita na fase de execução dos programas de trabalho, considerando a relevância em dois níveis: a) em nível geral, relativos ao saldo das contas ou natureza e volume das transações; b) em níveis específicos, considerando as demonstrações contábeis tomadas no seu conjunto, bem como as atividades, qualidade da administração, avaliação do sistema contábil e de controles internos e situação econômica e financeira da entidade.

II – Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.

III – Os exames de auditoria devem ser planejados e executados na expectativa de que os eventos relevantes relacionados com as demonstrações contábeis sejam identificados.

IV – A relevância não deve ser considerada pelo auditor quando determinar a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria.

Com base nas afirmativas supramencionadas, assinale a alternativa que as julgam corretamente.

- a) Apenas a I é verdadeira.
- b) Apenas III e IV são verdadeiras.
- c) Apenas II e III são verdadeiras.
- d) Apenas a IV é verdadeira.
- e) Apenas I e III são verdadeiras.

32. O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional. O auditor deve efetuar o estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria. Sabendo isso, assinale a alternativa que contenha fatores que não devem ser considerados pelo auditor para a realização do serviço mencionado.

- a) O tamanho e complexidade das atividades da entidade.
- b) Os sistemas de informação contábil, para efeitos tanto internos quanto externos.
- c) O grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.
- d) O regime tributário da empresa a ser auditada.
- e) O grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade.

33. Ainda com relação ao estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos, assinale a alternativa correta.

- a) O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade; porém o auditor deve efetuar sugestões objetivas para seu aprimoramento, decorrentes de constatações feitas no decorrer do seu trabalho.
- b) A avaliação do sistema contábil e de controles internos pelo auditor deve considerar apenas o aspecto do ambiente de controle existente na entidade.
- c) A sistemática revisão da exatidão aritmética dos registros deve ser considerada na avaliação do ambiente de controle existente na entidade.
- d) As políticas de pessoal e segregação de funções devem ser consideradas na avaliação dos procedimentos de controle adotados pela administração da entidade.
- e) Na avaliação dos procedimentos de controle adotados pela administração da entidade, o auditor deve considerar apenas a estrutura organizacional da entidade e os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade.

34. A aplicação dos procedimentos de auditoria deve ser realizada, em razão da complexidade e volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo. Com relação aos procedimentos técnicos básicos adotados pelo auditor na aplicação dos testes de observância e substantivos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Revisão analítica – verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.
- b) Observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução.

- c) Investigação e confirmação – obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade.
- d) Cálculo – conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias.
- e) Inspeção – exame de registros, documentos e de ativos tangíveis e intangíveis.

35. Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou método de seleção de itens a serem testados, o auditor pode empregar técnicas de amostragem.

Ao usar métodos de amostragem estatística ou não estatística, o auditor deve projetar e selecionar uma amostra de auditoria, aplicar a essa amostra procedimentos de auditoria e avaliar os resultados da amostra, de forma a proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.

A amostra selecionada pelo auditor deve ter uma relação direta com o volume de transações realizadas pela entidade na área ou transação objeto de exame, como também com os efeitos na posição patrimonial e financeira da entidade, e o resultado por ela obtido no período.

Na determinação da amostra, o auditor deve levar em consideração os seguintes fatores, exceto:

- a) População objeto da amostra.
- b) Natureza da amostra.
- c) Risco da amostragem.
- d) Estratificação e tamanho da amostra.
- e) Erro tolerável e erro esperado.

36. Quando o auditor verificar a existência de efeitos que, isolada ou conjuntamente, forem de tal relevância que comprometam o conjunto das demonstrações contábeis, deve emitir:

- a) Parecer com ressalvas.
- b) Parecer sem ressalvas.
- c) Parecer adverso.
- d) Parecer com abstenção de opinião por limitação na extensão.
- e) Parecer com abstenção de opinião, por incertezas.

37. No que tange à conceituação e objetivos da auditoria interna, assinale a alternativa incorreta.

- a) A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.
- b) O parecer é o instrumento técnico pelo qual o auditor interno comunica os trabalhos realizados, suas conclusões, recomendações e as providências a serem tomadas pela administração.
- c) O auditor interno deve adotar procedimentos adequados para assegurar-se que todas as contingências ativas e passivas relevantes decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações, bem como de lançamentos de tributos e de contribuições em disputa, foram identificadas e são do conhecimento da administração da entidade.
- d) Os procedimentos de auditoria interna são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.
- e) O planejamento do trabalho de auditoria interna compreende os exames preliminares da Entidade, para definir a amplitude do trabalho a ser realizado de acordo com as diretivas estabelecidas pela administração.

38. De acordo com as normas relativas ao relatório do auditor interno, podemos afirmar que:

- a) O relatório deve ser redigido com subjetividade e parcialidade, de forma a deixar implícitos os resultados dos trabalhos realizados.
- b) O relatório de auditoria pode ser apresentado das seguintes formas: a) sem ressalvas; b) com ressalvas; c) adverso; e d) com omissão de opinião.
- c) O relatório deve ser, obrigatoriamente, apresentado à administração da entidade em até 15(quinze) dias corridos, a partir do início dos trabalhos.
- d) O relatório do auditor interno é confidencial e deve ser apresentado ao superior imediato ou pessoa autorizada que o tenha solicitado.
- e) O auditor interno deve sempre, no seu relatório, destacar as áreas não examinadas, porém não há a necessidade de informar os motivos pelos quais não as contemplou.

39. O auditor deve considerar, em seu parecer, os efeitos decorrentes de transações e eventos subsequentes relevantes ao exame das Demonstrações Contábeis, mencionando-os como ressalva ou em parágrafo de ênfase, quando não-ajustadas ou reveladas adequadamente.

O auditor deve considerar as seguintes situações de eventos subsequentes:

- a) Os ocorridos entre a data do término do exercício social e a data da emissão do parecer; os ocorridos depois do término do trabalho de campo e da emissão do parecer, e antes da divulgação das Demonstrações Contábeis; e os conhecidos após a divulgação das Demonstrações Contábeis.
- b) Os ocorridos entre a data do início do exercício social e a data da emissão do parecer; os ocorridos depois do término do trabalho de campo, da emissão do parecer e da divulgação das Demonstrações Contábeis; e os conhecidos após a consolidação das Demonstrações Contábeis.

- c) Os ocorridos entre a data do término do exercício social e a data da emissão do parecer; os ocorridos antes do término do trabalho de campo, da emissão do parecer e da divulgação das Demonstrações Contábeis; e os conhecidos antes da divulgação das Demonstrações Contábeis.
- d) Os ocorridos entre a data do início do exercício social e a data da emissão do parecer; os ocorridos depois do término do trabalho de campo e da emissão do parecer, e antes da divulgação das Demonstrações Contábeis; e os conhecidos após a emissão das Demonstrações Contábeis.
- e) Os ocorridos entre a data do término do exercício social e a data da publicação do parecer; os ocorridos antes do término do trabalho de campo e da emissão do parecer, e depois da divulgação das Demonstrações Contábeis; e os conhecidos após a divulgação das Demonstrações Contábeis.

40. Com relação à continuidade normal das atividades da entidade, assinale a alternativa incorreta.

- a) A continuidade normal das atividades da entidade deve merecer especial atenção do auditor, quando do planejamento dos seus trabalhos, ao analisar os riscos de auditoria, e deve ser complementada quando da execução de seus exames.
- b) Quando constatar que há evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, o auditor independente deverá, em seu parecer, mencionar, em parágrafo de ênfase, os efeitos que tal situação poderá determinar na continuidade operacional da entidade, de modo que os usuários tenham adequada informação sobre a mesma.
- c) Caso, no decorrer dos trabalhos, se apresentem indícios que ponham em dúvida essa continuidade, deve o auditor aplicar os procedimentos adicionais que julgar necessários para a formação de juízo embasado e definitivo sobre a matéria.
- d) Na hipótese de o auditor concluir que há evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, deve avaliar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis, especialmente quanto à realização dos ativos.
- e) A evidência de normalidade pelo prazo de 3(três) anos, pelo menos, após a data das demonstrações contábeis é condição razoável para a caracterização dessa continuidade.

RASCUNHO